DESTAQUES: RELATÓRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO PROGRESSIVA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) EM NÍVEL NACIONAL

Uma avaliação independente dos Relatórios Nacionais Voluntários (RNVs) apresentados ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 2021

SEXTA EDIÇÃO DE UMA SÉRIE ANUAL PRODUZIDA POR ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Agradecimientos

Este relatório foi preparado por Ana de Oliveira, Pesquisadora e Gestora do Conhecimento, Cooperation Canada. Contém análises de Nicolas Sautejeau (Gestor de Políticas Públicas e Incidência Política, Action for Sustainable Development), que analisou 17 relatórios produzidos pela sociedade civil em relação aos RNVs. O presente relatório ainda inclui contribuições de Bihter Moschini (Pesquisadora e Gestora de Programas Sênior, Arab NGO Network for Development) e Marie José Saade (Gestora de Programas e Pesquisa, Arab NGO Network for Development), que revisaram RNVs da região do Oriente Médio e Norte da África. Além disso, o relatório contém contribuições de Javier Surasky (Gestor de Programa da Área de Governança e Financiamento do Desenvolvimento Sustentável, CEPEI), que revisou os RNVs da América Latina e Caribe, bem como o RNV da Espanha. Uma equipe de pesquisadoras do International Institute for Sustainable Development (IISD) foi responsável pela revisão dos RNVs em francês e 11 RNVs em inglês. A equipe foi composta por Eleonora Bonaccorsi (Gestora de Projeto Júnior, Ecossistema Genebra 2030) e Elena Kosolapova (Editora de conteúdo do SDG Knowledge Hub para políticas em torno da mudança climática, pesquisadora independente). O relatório contou ainda com o apoio de Carmen Rochette e Sarthak Shivam Sharma, estagiários de pesquisa e engajamento de membros em Cooperation Canada. Este relatório é o sexto em uma série de relatórios anteriores produzidos por Cooperation Canada nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, bem como um relatório de 2016 produzido por Bond e intitulado Relatório sobre a implementação progressiva dos ODS em nível nacional: experiências e recomendações de 2016.

© Markus Spiske - Forus International
Foto de capa: © Both Nomads

Um Comitê Diretivo orientou os preparativos deste relatório. Liderado por Cooperation Canada, o comitê incluiu as seguintes pessoas e organizações: Sesheeni Joud Selvaratnam, ActionAid (Dinamarca); Oli Henman, Action for Sustainable Development (A4SD); Bihter Moschini, Arab NGO Network for Development (ANND); Alice Whitehead, Bond; Javier Surasky, Centro de Pensamiento Estratégico Internacional (CEPEI); Ana de Oliveira, Cooperation Canada; Josefina Villegas, CSO Partnership for Development Effectiveness (CPDE), Deirdre de Burca, Forus International; Caroline Louise Ottesen, Global Focus; Lynn Wagner, International Institute for Sustainable Development (IISD); Lilei Chow, Save the Children (Reino Unido); Aissata Ndiaye, Sightsavers; e Arelys Bellorini, World Vision International.

Embora muitos tenham revisado e comentado este relatório, a equipe de pesquisa assume a responsabilidade por quaisquer erros e omissões.

Este relatório foi produzido com o apoio financeiro ou em espécie das seguintes organizações:
ActionAid (Dinamarca), Action for Sustainable Development (A4SD), Arab NGO Network for Development (ANND), Bond, Centro de Pensamiento Estratégico Internacional (CEPEI), Cooperation Canada, CSO Partnership for Development Effectiveness (CPDE), Forus International, Global Focus, International Institute for Sustainable Development (IISD), Save the Children (Reino Unido), Sightsavers e World Vision International.

Como citar este documento:
De Oliveira, Ana. (2022). *Relatório sobre a implementação progressiva dos ODS em nível nacional:* uma avaliação independente dos relatórios nacionais voluntários apresentados ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas em 2021. Ottawa: Cooperation Canada.

Cooperation Canada, 39 McArthur Avenue, Ottawa, ON K1L 8L7
© Cooperation Canada, 2022
Charitable Registration # 11883 0439 RR0001
Corporation Number: 034565-2

Design: www.NickPurserDesign.com
Este trabalho está publicado sob a licença Creative Commons Internacional CC BY-NC 4.0 (Atribuição Não-comercial).

As opiniões expressas neste relatório colaborativo não necessariamente representam as opiniões dos respectivos membros do Comitê Diretivo ou seus financiadores.

© Save the Children

DESTAQUES

Em 2021, a Agenda 2030 – que cobre quinze anos (2015-2030) e se foca nos temas Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria – entrou em seu sexto ano. Enquanto o mundo continua a lutar contra os efeitos devastadores da pandemia da COVID-19, espera-se que os chefes de Estado e de governo cumpram os compromissos da Década de Ação e Entrega de Resultados para realizar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao mesmo tempo garantindo que ninguém seja deixado para trás. Durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2021, o Secretário Geral apresentou o relatório Nossa Agenda Comum como uma visão sobre o futuro da cooperação global e um apelo para revigorar o multilateralismo de forma inclusiva, colaborativa e eficaz. No contexto de contínua resposta à pandemia da COVID-19, há uma necessidade urgente de que os governos acelerem suas ações e promovam mudanças transformadoras de modo a alcançar uma recuperação que seja justa para todas e todos. **Para este fim, os princípios transformadores da Agenda 2030 e o roteiro global fornecido pelos ODS continuam sendo críticos para alcançar a igualdade e a sustentabilidade no processo de reconstruir melhor.**

Nos últimos seis anos, organizações da sociedade civil revisaram os relatórios enviados por governos ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (FPAN). Os Relatórios Nacionais Voluntários (RNVs) apresentados pelos governos como parte dos processos de acompanhamento e revisão indicam o status atual da implementação da Agenda 2030 a nível nacional. Os RNVs devem ser preparados através de processos inclusivos e participativos, servir como fonte de informação sobre boas práticas, lições aprendidas e desafios na implementação, assim como fornecer uma base para o aprendizado entre pares e a prestação de contas em nível global.

Este relatório, a sexta edição do *Relatório sobre a implementação progressiva dos ODS em nível nacional,* tem o objetivo de fornecer informações e recomendações úteis para subsidiar essas discussões e ajudar a orientar uma melhor implementação e prestação de contas.
A revisão dos 42 RNV apresentados à FPAN em 2021, bem como a análise de 17 relatórios preparados pela sociedade civil, mostram tendências tanto positivas quanto preocupantes. **O relatório abrange todos os aspectos da implementação da Agenda 2030 através de um exame dos arranjos de governança, mecanismos institucionais e engajamento de múltiplos atores, políticas públicas, meios de implementação e prestação de contas. Conclusões principais de cada capítulo, estudos de caso sobre boas práticas, melhores práticas emergentes e recomendações são apresentadas ao longo desta edição.**

Aqui destacamos as principais conclusões decorrentes da análise dos RNVs de 2021. Estas mensagens foram numeradas de modo a facilitar a leitura e referência, porém não se encontram em ordem de prioridade. Mais detalhes sobre cada uma das mensagens podem ser encontrados em seguida.

MENSAGENS-CHAVE

1. Em termos de uma abordagem que envolve toda a sociedade (*whole-of-society approach*), e em comparação com anos anteriores, menos países relataram a inclusão de atores não-governamentais nos arranjos de governança para implementação da Agenda 2030. Embora mais países tenham se referido a processos formais para o engajamento de múltiplos atores, menos países reportaram o modo como atores não-governamentais foram engajados no processo de construção dos RNVs, quais consultas foram feitas para definir prioridades nacionais, e quais os efeitos que a pandemia da COVID-19 teve sobre os processos de engajamento.

2. Os RNVs continuam silenciosos acerca da diminuição do espaço cívico em nível global e dos ataques contínuos aos defensores dos direitos humanos e ambientalistas. Por outro lado, vários relatórios produzidos pela sociedade civil destacam quão problemática vem sendo esta questão.

3. Menos países relataram a realização de avaliações de linha de base e/ou lacunas, a seleção de prioridades nacionais, a integração dos ODS nas políticas públicas nacionais, e a definição de metas e indicadores nacionais para informar a implementação dos ODS. Ainda que alguns países venham apresentando RNVs por segunda ou terceira vez, é necessário fornecer informações sobre estes assuntos e cumprir com as diretrizes comuns para relatórios voluntários do Secretário-Geral das Nações Unidas.

4. Em 2021, houve melhorias na atenção dispensada pelos RNVs aos princípios transformadores da Agenda 2030, quais sejam, abordagens baseadas nos direitos humanos, universalidade, não deixar ninguém para trás, respeito aos limites planetários e responsabilidade intergeracional. Entretanto, foram observados retrocessos em relação a como os países reportaram o progresso em cada um dos ODS.

5. Vínculos entre a Agenda 2030 e outros acordos internacionais relevantes foram reportados de maneiras diversas, com a maioria dos países apontando para compromissos relacionados ao clima, mas tendo um foco limitado nos acordos relativos à prestação de assistência internacional de modo eficaz. Mais RNVs revelaram uma análise de políticas públicas, tanto internas quanto externas, para realizar os ODS em nível global, ainda que menos países tenham se concentrado na coerência das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável como uma linha mestra para a implementação da Agenda 2030.

6. Tem havido uma tendência positiva no sentido de os países informarem sobre ações para não deixar ninguém para trás, com aumentos em torno da identificação de grupos expostos a tal risco, da incorporação do princípio de não-deixar-ninguém-para-trás nas políticas públicas e planos nacionais e os impactos da COVID-19 sobre os mais vulneráveis. Entretanto, alguns desafios permanecem em termos de disponibilidade de dados, nível de detalhes e qualidade das informações fornecidas em torno deste tópico.

7. Mais países relataram contribuições de atores não-governamentais como parceiros para a implementação da Agenda 2030, com uma tendência positiva e contínua em termos de reconhecimento do papel da sociedade civil.

8. Os países continuam a fornecer informações consistentes sobre a maioria dos aspectos de implementação da Agenda 2030. Entretanto, foram observados retrocessos em relação a atividades de conscientização e elaboração de orçamentos.

9. Uma tendência descendente foi observada em termos de quantos países têm fornecido informações sobre a disponibilidade de dados. Além disso, em comparação com anos anteriores, menos países relataram o uso de dados não-oficiais para complementar informações presentes nos RNVs. Da mesma forma, menos países relataram sobre seus processos de acompanhamento e revisão em níveis nacional, regional e global.

10. Houve declínios em termos de conformidade com a maioria dos componentes das diretrizes comuns para relatórios voluntários do Secretário-Geral das Nações Unidas, em comparação com os anos anteriores. Entretanto, nas áreas sobre as quais os países de fato reportaram, a maioria incluiu todas as informações necessárias.

Detalhamento das mensagens

1. **Em termos de uma abordagem que envolve toda a sociedade (*whole-of-society approach*), e em comparação com anos anteriores, menos países relataram a inclusão de atores não-governamentais nos arranjos de governança para implementação da Agenda 2030. Embora mais países tenham se referido a processos formais para o engajamento de múltiplos atores, menos países reportaram o modo como atores não-governamentais foram engajados no processo de construção dos RNVs, quais consultas foram feitas para definir prioridades nacionais, e quais os efeitos que a pandemia da COVID-19 teve sobre os processos de engajamento.**

   Os RNVs de 2021 inverteram a tendência até então ascendente no que diz respeito à inclusão formal de atores não-governamentais em **acordos de governança**. Enquanto 70% dos países observaram tal inclusão tanto em 2019 quanto em 2020, esta porcentagem caiu para 64% em 2021. Mesmo que alguns países estejam apresentando RNVs pela segunda ou terceira vez, eles ainda devem fornecer aquelas informações, uma vez que elas continuam a constar nas diretrizes comuns para relatórios voluntários do Secretário-Geral das Nações Unidas. A menção a engajamentos sendo feitos através de conselhos/comitês de liderança ou grupos de trabalho técnicos também caiu, o que é uma mudança negativa em relação às oportunidades para atores não-governamentais contribuírem em torno da direção estratégica e coordenação de seus países. Por outro lado, mais países reportaram sobre o engajamento de múltiplos atores fora dos acordos de governança, sendo que 67% dos países (contra 47% em 2020) informaram sobre **processos formais para o engajamento de atores**, tais como fóruns de múltiplos atores, conselhos de jovens ou eventos anuais. Entretanto, as informações apresentadas nos RNVs não avaliam a qualidade de tais processos. **Os países devem desenvolver indicadores para medir a extensão do engajamento de atores não-governamentais em nível nacional.**

   Em termos de **engajamento no processo de construção dos RNVs**, menos países (83%) que apresentaram RNVs completos em 2021 se referiram a algum tipo de engajamento de atores não-governamentais para preparar RNV, contra 98% em 2020. A prática de incluir atores não-governamentais diretamente na elaboração dos RNVs, ou para fornecerem contribuições escritas, não foi frequente em 2021, e mesmo as informações sobre consultas em torno da preparação dos RNVs caíram para 33% dos países em 2021, contra 57% em 2020. É compreensível que a pandemia global da COVID-19 possa ter impactado as oportunidades de formas de engajamento, mas os RNVs não necessariamente incluem esta explicação. Outros retrocessos foram observados em torno à proporção de países que reportaram sobre **consultas para definir prioridades nacionais** (de 49% dos países em 2020 para 31% em 2021), e sobre os **efeitos da pandemia da COVID-19** sobre o engajamento de múltiplos atores, com 43% dos países fornecendo esta informação em 2021, contra 53% em 2020.

2. **Os RNVs continuam silenciosos acerca da diminuição do espaço cívico em nível global e dos ataques contínuos aos defensores dos direitos humanos e ambientalistas. Por outro lado, vários relatórios produzidos pela sociedade civil destacam quão problemática vem sendo esta questão.**

   Apenas 1 dos 42 RNVs apresentados em 2021 reconheceu o processo de diminuição do espaço cívico e suas consequências, incluindo barreiras à liberdade de expressão e à participação democrática, particularmente para mulheres e meninas. Por outro lado, vários relatórios-sombra, relatórios-luz e/ou relatórios paralelos, preparados por organizações da sociedade civil (OSC), comunicam como o fechamento do espaço cívico vem ocorrendo em seus países, incluindo informações sobre ações governamentais que impedem a liberdade de expressão, reunião, associação e acesso à informação. **O fato de tanta informação em torno deste tema estar sendo compartilhada através de relatórios da sociedade civil, mas não mencionada pelos RNVs, é extremamente preocupante. Recomenda-se que os relatórios preparados pela sociedade civil sejam reconhecidos e obtenham status no processo de revisão do FPAN.**

3. **Menos países relataram a realização de avaliações de linha de base e/ou lacunas, a seleção de prioridades nacionais, a integração dos ODS nas políticas públicas nacionais e a definição de metas e indicadores nacionais para informar a implementação dos ODS. Ainda que alguns países venham apresentando RNVs por segunda ou terceira vez, é necessário fornecer**

informações sobre estes assuntos e cumprir com as diretrizes comuns para relatórios voluntários do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Outro declínio foi observado em 2021 com relação à percentagem de países (52%) que indicaram que sua abordagem para a implementação da Agenda 2030 havia sido informada por uma **avaliação de linha de base ou de lacunas** em torno de políticas públicas, dados ou ambos. Embora alguns países possam ter apresentado esta informação em RNVs anteriores, eles devem fazer referência a tais avaliações para fins de comparação e acompanhamento contínuo do progresso ocorrido. Quase 91% dos países que apresentaram RNVs em 2021 observaram a seleção de **prioridades nacionais**, o que representa uma diminuição em comparação com 2020 (com quase 96% dos países), embora ainda se trate de uma percentagem elevada. Como fora o caso nos dois anos anteriores, as prioridades relacionadas a resultados sociais e economia foram as mais comumente citadas, seguidas por prioridades acerca do meio ambiente. A cultura continua sendo a prioridade nacional menos mencionada. De maneira similar, uma percentagem menor de países (93%) informou sobre a integração dos ODS em suas **políticas públicas** em 2021, embora a tendência continue a ser positiva. Outra diminuição ocorreu em relação aos países que reportaram sobre a seleção de **metas e indicadores nacionais**, com 62% dos países fornecendo esta informação em 2021 (contra 77% em 2020). Aqueles que apresentem RNVs por segunda ou terceira vez ainda devem fornecer informações sobre estes assuntos e cumprir com as diretrizes comuns para relatórios voluntários do Secretário-Geral.

4. **Em 2021, houve melhorias na atenção dispensada pelos RNVs aos princípios transformadores da Agenda 2030, quais sejam, abordagens baseadas nos direitos humanos, universalidade, não deixar ninguém para trás, respeito aos limites planetários e responsabilidade intergeracional. Entretanto, foram observados retrocessos em relação a como os países reportaram o progresso em cada um dos ODS.**

   Como nos anos anteriores, os países continuam a se referir mais aos ODS do que à Agenda 2030 e seus princípios transformadores. Entre estes princípios, **não deixar ninguém para trás** foi o foco principal dos RNVs de 2021; também houve um aumento no número de países que apontaram para **abordagens baseadas nos direitos humanos, responsabilidade intergeracional e respeito aos limites planetários.** No entanto, a menção ao princípio da **natureza universal da Agenda 2030** sofreu alguns retrocessos.

   Houve diminuições nas percentagens de países que reportaram **sobre todos os ODS e nas abordagens integradas para a implementação dos ODS.** Em 2021, apenas 50% dos RNVs avaliaram o conjunto completo dos ODS, uma diminuição em relação a 2020, quando este número havia sido 70%. A referência a **vínculos entre os ODS diminuiu**, com 40% dos países mencionando tais vínculos em 2021, contra 51% em 2020. Entretanto, a percentagem de países que deram igual atenção às dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável em seus RNVs permaneceu basicamente a mesma (50% em 2021, contra 49% em 2020). Em geral, tem havido uma tendência preocupante em relação à forma como os países vêm reportando sobre os ODS.

5. **Vínculos entre a Agenda 2030 e outros acordos internacionais relevantes foram reportados de maneiras diversas, com a maioria dos países apontando para compromissos relacionados ao clima, mas tendo um foco limitado nos acordos relativos à prestação de assistência internacional de modo eficaz. Mais RNVs revelaram uma análise de políticas públicas tanto internas quanto externas para realizar os ODS em nível global, ainda que menos países tenham se concentrado na coerência das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável como uma linha mestra para a implementação da Agenda 2030.**

   Vincular a Agenda 2030 a outros **acordos internacionais** relevantes aponta para o reconhecimento de sinergias entre a Agenda e outros compromissos para promover o desenvolvimento sustentável. Como em anos anteriores, os países têm maior probabilidade de vincular a Agenda 2030 ao Acordo de Paris sobre a mudança climática, porém poucos parecem fazer a conexão entre a realização dos ODS e a prestação de assistência internacional de maneira eficaz. Por outro lado, uma proporção maior de países se referiu às ações relacionadas à COVID-19 em nível internacional. Em 2021, 26% dos países

fizeram referência a compromissos globais em relação à pandemia (por exemplo, ACT Accelerator, CEPI, COVAX, GAVI).

Mais RNVs revelaram uma análise de **políticas públicas internas e externas** sobre a realização dos ODS globalmente em 2021, o que é bom sinal. No entanto, menos países se concentraram na **coerência das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável** como uma linha mestra para a implementação da Agenda 2030 em 2021 (50% dos países, contra 60% em 2020).

6. **Tem havido uma tendência positiva no sentido de os países informarem sobre ações para não deixar ninguém para trás, com aumentos em torno da identificação de grupos expostos a tal risco, da incorporação do princípio de não-deixar-ninguém-para-trás nas políticas públicas e planos nacionais e os impactos da COVID-19 sobre os mais vulneráveis. Entretanto, alguns desafios permanecem em termos de disponibilidade de dados, nível de detalhes e qualidade das informações fornecidas em torno deste tópico.**

Prover informações sobre **não deixar ninguém para trás** continua mostrando uma tendência constante de aumento, embora o nível de detalhes e a qualidade das informações fornecidas sejam desequilibrados. Todos os países que apresentaram RNVs em 2021 incluíram tal princípio em seus relatórios, mas apesar desta tendência positiva, os resultados da pesquisa sugerem que tal inclusão tem sido usada por alguns países como uma atividade "para inglês ver", posto que algumas das informações fornecidas são insuficientes e/ou divergentes em vista dos relatórios produzidos por organizações da sociedade civil (OSC). A qualidade das informações apresentadas, incluindo a disponibilidade de dados e a existência de programas dedicados a grupos vulneráveis, são essenciais para (verdadeiramente) não deixar ninguém para trás. Em comparação com anos anteriores, menos países observaram que os esforços nesse sentido haviam sido informados por **dados** existentes, o que sugere que vários países continuam a enfrentar o desafio de ter dados de qualidade para realmente não deixar ninguém para trás.

Todos os países que apresentaram relatórios RNV completos em 2021 (41 países) identificaram **grupos que estão sendo deixados para trás** ou **encontram-se em risco** de serem deixados para trás. Estes incluem crianças e jovens (98%), pessoas com deficiência (95%), mulheres e/ou meninas (95%) e idosos (76%). Além disso, mais países relataram incorporar o princípio de não-deixar-ninguém-para-trás na criação de **políticas públicas e planos nacionais de desenvolvimento sustentável.** Em 2021, 81% dos países destacaram a incorporação daquele princípio ou esforços para enfrentar a desigualdade e a exclusão social como parte de planos abrangentes de desenvolvimento. Em termos da **COVID-19**, uma percentagem maior de países (86%) forneceu informações sobre impactos específicos da pandemia a partir de uma perspectiva de não deixar ninguém para trás.

7. **Mais países relataram contribuições de atores não-governamentais como parceiros para a implementação da Agenda 2030, com uma tendência positiva e contínua em termos de reconhecimento do papel da sociedade civil.**

Em 2021, a maioria dos países (93%) relatou **contribuições de atores não-governamentais**, um aumento em relação a 2020 (89% dos países). Uma tendência positiva nos RNVs também foi observada em relação às parcerias em torno do **setor privado** (86%, contra 75% em 2020 e 53% em 2019) e do **setor acadêmico** (67%, contra 55% em 2020 e 28% em 2019). Houve uma ligeira diminuição na referência ao papel dos **parlamentares** como parceiros de implementação (48%, contra 53% em 2020) e à participação de **crianças e jovens** na implementação dos ODS (40%, contra 45% em 2020). Continua havendo uma tendência positiva em termos de países que reconhecem as contribuições da **sociedade civil** em seus RNVs. Em 2021, 86% dos países forneceram esta informação (contra 79% em 2020, 68% em 2019, 65% em 2018 e 56% em 2017). Os países continuam a reconhecer uma ampla gama de papéis desempenhados pela sociedade civil, embora tenha havido uma diminuição no reconhecimento de alguns tipos de contribuições, tais como atividades de conscientização, formação de coalizões e fornecimento de orientação e/ou preparação de ferramentas para a implementação da Agenda 2030.

8. **Os países continuam a fornecer informações consistentes sobre a maioria dos aspectos de implementação da Agenda 2030. Entretanto, foram observados retrocessos em relação a atividades de conscientização e elaboração de orçamentos.**

   Os RNVs de 2021 mantiveram a tendência ascendente dos anos anteriores, em torno a reportar sobre os vários aspectos de implementação da Agenda 2030. Por exemplo, **uma proporção maior de países referiu-se a meios de implementação** relativos a desafios (98% dos países), financiamento público internacional (95%), impactos da COVID-19 (91%), tecnologia (90%), problemas sistêmicos (88%), desenvolvimento de capacidades (86%), comércio (74%), melhores práticas (69%), lições aprendidas (62%) e aprendizado de pares (38%). Outro aumento foi observado no número de países que reportaram sobre **parcerias** para a realização dos ODS, com 93% dos países reconhecendo o papel dos atores não-governamentais e incluindo suas contribuições para a implementação. A proporção de países reportando sobre **esforços em nível local** (ou **localização**) mostrou um resultado estável (83%), mas mais países mencionaram a presença de Relatórios Locais Voluntários (RLVs), instrumentos que abrem caminho para estruturas de prestação de contas em nível sub-nacional. Por outro lado, referências a alguns outros aspectos da implementação sofreram **recuos**, como é o caso de **atividades de conscientização e orçamento para a implementação da Agenda 2030**, ambos aspectos críticos para um processo constante de implementação.

9. **Uma tendência descendente foi observada em termos de quantos países têm fornecido informações sobre a disponibilidade de dados. Além disso, em comparação com anos anteriores, menos países relataram o uso de dados não-oficiais para complementar informações presentes nos RNVs. Da mesma forma, menos países relataram sobre seus processos de acompanhamento e revisão em níveis nacional, regional e global.**

   Uma tendência descendente foi observada em termos de quantos países têm fornecido informações sobre a **disponibilidade de dados** (36% dos países em 2021, contra 45% em 2020 e 76% em 2019). Embora seja positivo que mais países tenham relatado esforços para melhorar a disponibilidade de dados (83%, contra 64% em 2020), é, no entanto, um sinal particularmente preocupante à medida que os países se aproximam da metade do tempo previso para atingir os ODS. **Os esforços devem ser orientados por uma compreensão clara do progresso realizado, dos obstáculos à implementação e das evidências daquilo que de fato funciona.** Um número ligeiramente menor de países relatou utilizar **dados não-oficiais** para construir seus RNVs (40% dos países em 2021, contra 43% em 2020). Enquanto a maioria dos países (85%) relatou **processos de acompanhamento e revisão em nível nacional** em 2019, os relatórios de 2021 mostram que apenas dois terços dos países (62%) forneceram esta informação, semelhante a 2020 (63% dos países). Por outro lado, mais países apresentaram informações sobre quem é responsável pela elaboração dos relatórios nacionais (21% dos países, contra 2% em 2020) e a quem tais relatórios são dirigidos (17% dos países, contra 2% em 2020), o que é uma tendência positiva em termos de transparência e prestação de contas. Enquanto menos países mencionaram parlamentares como parceiros na realização da Agenda 2030, mais países se referiram ao **papel desempenhado pelo parlamento nos processos nacionais de elaboração de relatórios** do que nos anos anteriores (26% dos países em 2021, contra 11% em 2020 e 2019, e 4% em 2018). Esta é uma tendência positiva em termos de como os países estão garantindo processos de prestação de contas feitos através de autoridades eleitas.

10. **Houve declínios em termos de conformidade com a maioria dos componentes das diretrizes comuns para relatórios voluntários do Secretário-Geral das Nações Unidas em comparação com os anos anteriores. Entretanto, nas áreas sobre as quais os países de fato reportaram, a maioria incluiu todas as informações necessárias.**

    Em comparação com o ano anterior, os RNVs de 2021 mostraram **menor aderência** ao seguimento da maioria dos componentes das diretrizes comuns para relatórios voluntários do Secretário-Geral. Nesses casos, cinco componentes tiveram o menor nível de inclusão dos últimos quatro anos, a saber: introdução, garantindo a sensação de pertença sobre os ODS, incorporação da Agenda 2030 nas estruturas nacionais, mecanismos institucionais e conclusão e próximos passos. Não está claro se alguns destes elementos

foram negligenciados ou excluídos devido a se tratar de segundas/terceiras apresentações de RNVs, mas ainda que tais informações houvessem sido incluídas em RNVs anteriores, é necessário que os países forneçam atualizações sobre todos os elementos das diretrizes.

Por outro lado, nas áreas das diretrizes sobre as quais os países reportaram, a maioria incluiu todas as informações necessárias, o que é um resultado positivo no que diz respeito ao **cumprimento das diretrizes.** No entanto, em mais de um terço dos casos (6 dos 15 componentes), as proporções mostram que os países estão mais longe de cumprir plenamente as diretrizes, o que significa que alguns ainda não se concentraram o suficiente naqueles componentes, ou não apresentaram informações suficientemente detalhadas. Além dos **Estados membros das Nações Unidas, outros atores e partes interessadas devem estar cientes das diretrizes do Secretário-Geral e defender sua adesão na preparação dos RNVs.**

Conclusão

No processo de recuperação da pandemia da COVID-19, governos e partes interessadas da comunidade global devem redobrar seus esforços para responder a lacunas e trabalhar para alcançar os ODS e a Agenda 2030.

Embora um número considerável de países vá apresentar seu segundo, terceiro e até quarto RNVs no FPAN em 2022, oportunidade existe para fortalecer ainda mais os relatórios – ao fazer uso de análises comparativas com dados de RNVs anteriores – para que a implementação dos ODS possa continuar a progredir.

Embora o FPAN continue sendo o espaço crucial para apresentações de RNVs e para a troca de ideias, as futuras reuniões do FPAN devem proporcionar oportunidades adicionais para a representatividade de atores não-governamentais e a inclusão de análises e relatórios produzidos por organizações e especialistas da sociedade civil. A partir daí, pode haver uma melhor articulação entre diferentes processos de monitoramento e prestação de contas em torno da Agenda 2030 em níveis local, nacional, regional e global.

Esperamos que os oito anos que restam até 2030 possam incluir um engajamento mais significativo entre diferentes atores e partes interessadas, levando a uma realização mais efetiva de nossos esforços coletivos rumo a um futuro sustentável para nossas comunidades e nosso planeta. De modo a contribuir para este processo, este relatório, assim como suas edições anteriores, fornece uma análise de dados detalhada e recomendações para cada elemento de implementação da Agenda 2030, as quais se encontram descritas ao longo de todo o texto.

© Markus Spiske - Forus International